

# **Demonstrações Financeiras**

## **Enel Green Power Volta Grande S.A.**

31 de dezembro de 2020  
com Relatório do Auditor Independente sobre as  
Demonstrações Financeiras

**Enel Green Power Volta Grande S.A.**

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras .....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração do resultado abrangente .....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstração do fluxo de caixa .....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10







## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Balancos patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	49.238	24.237
Títulos e valores mobiliários	5	147	5.578
Contas a receber de clientes	6	52.959	56.173
Tributos a compensar	7	21.061	32.348
Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão	8	53.411	51.044
Outros créditos		7.988	4.996
Total do ativo circulante		<u>184.804</u>	<u>174.376</u>
Não circulante			
Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão	8	1.388.682	1.378.174
Imobilizado	9	25.999	10.551
Intangível	10	8.631	1.957
Total do ativo não circulante		<u>1.423.312</u>	<u>1.390.682</u>
Total do ativo		<u>1.608.116</u>	<u>1.565.058</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Balancos patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	25.071	28.861
Salários, provisões e encargos sociais		680	625
Impostos, taxas e contribuições a recolher	12	33.575	6.788
Taxas regulamentares	13	6.105	4.528
Debêntures	14	88.870	83.324
Obrigações por arrendamentos		24	47
Dividendos a pagar	17	59.684	28.885
Total do passivo circulante		<u>214.009</u>	<u>153.058</u>
Passivo			
Não circulante			
Debêntures	14	661.628	710.384
Obrigações por arrendamentos		64	130
Provisão para processos judiciais e outros	16	101	103
Impostos diferidos passivos	21	57.902	35.617
Total do passivo não circulante		<u>719.695</u>	<u>746.234</u>
Patrimônio líquido	17		
Capital social		565.756	565.756
Reserva de lucros		108.656	100.010
Total do patrimônio líquido		<u>674.412</u>	<u>665.766</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>1.608.116</u>	<u>1.565.058</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita líquida	18	322.089	416.418
Custo de operação	19	<u>(64.082)</u>	<u>(173.192)</u>
Lucro bruto		<u>258.007</u>	<u>243.226</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	<u>(7.659)</u>	<u>(7.236)</u>
Total das despesas operacionais		<u>(7.659)</u>	<u>(7.236)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>250.348</u>	<u>235.990</u>
Resultado financeiro	20		
Receita financeira		7.332	43.288
Despesa financeira		<u>(68.244)</u>	<u>(97.842)</u>
Total do resultado financeiro		<u>(60.912)</u>	<u>(54.554)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>189.436</u>	<u>181.436</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	<u>(42.165)</u>	<u>(43.785)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	<u>(22.285)</u>	<u>(16.029)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>124.986</u>	<u>121.622</u>
Lucro básico por ação atribuível a acionistas (nota 17 (b)) - em R\$		0,22	0,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	<b>124.986</b>	121.622
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	18.958
Impostos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	(6.445)
Resultado abrangente do exercício	<u><b>124.986</b></u>	<u>134.135</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de reforço de capital de giro	Lucros acumulados		
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>		<b>565.756</b>	<b>7.273</b>	<b>90.695</b>	-	<b>(12.513)</b>	<b>651.211</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	121.622	-	121.622
Declaração de dividendos adicionais propostos	17	-	-	(90.695)	-	-	(90.695)
Destinação do lucro líquido							
Reserva legal		-	6.081	-	(6.081)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	(28.885)	-	(28.885)
Reserva de reforço de capital de giro	17	-	-	86.656	(86.656)	-	-
Ganho em instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	18.958	18.958
Impostos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	(6.445)	(6.445)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>565.756</b>	<b>13.354</b>	<b>86.656</b>	-	-	<b>665.766</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	124.986	-	124.986
Declaração de dividendos adicionais propostos	17	-	-	(86.656)	-	-	(86.656)
Destinação do lucro líquido							
Reserva legal	17	-	6.249	-	(6.249)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	(29.684)	-	(29.684)
Reserva de reforço de capital de giro		-	-	89.053	(89.053)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>565.756</b>	<b>19.603</b>	<b>89.053</b>	-	-	<b>674.412</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Enel Green Power Volta Grande S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	<b>124.986</b>	121.622
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Encargos financeiros e variação cambial	<b>65.986</b>	37.886
Provisão para processos judiciais e outros	<b>31</b>	174
Atualização do bônus de concessão	<b>(64.770)</b>	(57.106)
Depreciação e amortização	<b>109</b>	86
Repactuação do GSF	<b>(6.497)</b>	-
Programa de pesquisa e desenvolvimento	<b>-</b>	1.126
Apropriação de custos de transação de debêntures	<b>1.581</b>	-
Instrumentos financeiros derivativos	<b>-</b>	21.377
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>42.165</b>	43.785
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>22.285</b>	16.029
	<b>185.876</b>	184.979
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	<b>3.214</b>	(752)
Contas a receber vinculadas à concessão	<b>51.895</b>	50.295
Tributos a compensar	<b>11.287</b>	(15.346)
Outros créditos	<b>(2.992)</b>	(3.182)
(Aumento) redução nos passivos operacionais:		
Fornecedores	<b>(3.790)</b>	16.503
Salários, provisões e encargos sociais	<b>55</b>	625
Impostos, taxas e contribuições a recolher	<b>356</b>	526
Taxas regulamentares	<b>1.577</b>	220
Outros passivos	<b>-</b>	(128)
	<b>247.478</b>	233.740
Pagamento de processos judiciais	<b>(33)</b>	(77)
Pagamento de juros de empréstimos	<b>-</b>	(33.397)
Pagamento de juros de debêntures	<b>(28.312)</b>	-
Pagamento de encargos de instrumentos financeiros derivativos	<b>-</b>	(24.746)
Imposto de renda e contribuição social pagos	<b>(15.734)</b>	(45.648)
	<b>203.399</b>	129.872
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>203.399</b>	129.872
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Títulos e valores mobiliários	<b>5.431</b>	20.350
Aplicações no ativo imobilizado e intangível	<b>(15.734)</b>	(10.132)
	<b>(10.303)</b>	10.218
<b>Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>(10.303)</b>	10.218
<b>Fluxo de caixa nas atividades de financiamento</b>		
Pagamento de arrendamento mercantil	<b>(100)</b>	(84)
Pagamento de dividendos	<b>(85.541)</b>	(120.927)
Custo de transação com captação de debêntures	<b>-</b>	(15.549)
Captação de debêntures	<b>-</b>	800.000
Pagamento de debêntures - principal	<b>(82.454)</b>	-
Instrumentos financeiros derivativos	<b>-</b>	197.661
Pagamento de empréstimos - principal	<b>-</b>	(1.092.661)
Captação de empréstimos e financiamentos	<b>-</b>	35.000
	<b>(168.095)</b>	(196.560)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</b>	<b>(168.095)</b>	(196.560)
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<b>25.001</b>	(56.470)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<b>24.237</b>	80.707
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<b>49.238</b>	24.237
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<b>25.001</b>	(56.470)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações gerais

A Enel Green Power Volta Grande S.A. (“Companhia” ou “EGP Volta Grande”), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, 1, Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem hídrica.

Em 27 de setembro de 2017, a Enel Brasil S.A. adquiriu um contrato de 30 anos de concessão da usina de Volta Grande, já em operação, localizada no sudeste do país, com uma capacidade total instalada de 380 MW, de acordo com o “Leilão de Concessões não prorrogadas” organizado pelo Governo Federal por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A Companhia firmou o contrato de concessão em 10 de novembro de 2017, com início da prestação de serviço em 1º de dezembro de 2017 e término em 1º de dezembro de 2047, sendo em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 alterada pela Lei nº 13.203/2015, mediante pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, fixados pela Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 12 de maio de 2017 e no Edital do Leilão Aneel nº 01/2017. Em contrapartida, pela prestação de serviços de geração, exclusivamente pela disponibilização da parcela da garantia física destinada ao regime de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica, a Companhia é remunerada pela Receita Anual de Geração. O valor anual da RAG original para o ciclo de 2017/2018 foi de R\$ 198.028, conforme Resolução Homologatória 2.353/2017. Para o ciclo 2020/2021, a RAG estabelecida na Resolução Homologatória 2.746/2020 é de R\$ 227.609.

A usina hidrelétrica Volta Grande está localizada no Rio Grande, nos estados de Minas Gerais e São Paulo. A planta entrou em operação em 1974, com 380 MW de capacidade instalada e com garantia física de 230,6 MW.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta capital circulante líquido – CCL negativo de R\$ 29.205. A Administração acredita que a geração de caixa operacional positivo é suficiente para fazer frente aos compromissos de curto prazo.

### **Repactuação do risco hidrológico - GSF (*Generation Scaling Factor*)**

O mercado brasileiro de curto prazo está com problema de liquidez desde 2015, ano em que diversas liminares na justiça foram concedidas aos geradores hidráulicos por assumirem riscos não hidrológicos. Isso porque o despacho térmico realizado fora da ordem do mérito de custo, a importação de energia sem garantia física e o impacto das usinas estruturantes (usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio) deslocaram sua geração e as expuseram ao mercado no curto prazo devido a fatores não gerenciáveis não relacionados ao risco hidrológico. Dessa forma, as liminares isentam os geradores hidráulicos de pagar suas dívidas no mercado de curto prazo, valor que hoje chega a R\$ 8,5 bilhões e representa cerca de 61% do valor contabilizado total do mercado.

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/2020, que alterou a Lei 13203/2015, para permitir a renegociação e repactuação do risco hidrológico, firmado judicialmente desde 2015, para as usinas que comercializam energia no ACL. Por meio de consulta pública realizada pela ANEEL, em 1º de dezembro, foi aprovada a Resolução Normativa nº 895, que prevê a compensação dos efeitos

# Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

decorrentes de (i) restrições ao fluxo de energia devido ao atraso na implantação das instalações de transmissão de energia elétrica destinado ao fluxo de energia das plantas estruturantes; (ii) diferença entre a garantia física concedida na fase de comissionamento e os valores efetivos de agregação de cada unidade geradora das grandes concessões hidrelétricas; (iii) geração térmica fora da ordem de mérito; e (iv) importação de energia elétrica. A regulamentação incorporou pleitos dos agentes de geração, como a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões da outorga da concessão; o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei nº 12.783, de 2013; e a consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da geração da UHE Belo Monte.

O valor apurado, decorrente da aplicação retroativa dos parâmetros definidos na referida lei, será ressarcido aos agentes de geração mediante extensão do prazo das outorgas vigentes, limitada a 7 (sete) anos, dispondo o gerador livremente da energia. Para tanto, é necessário que o agente titular da outorga vigente de geração que tenha interesse na repactuação desista de ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE e renuncie a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a ação ou, para agentes que não possuem litígio judicial, declarem renúncia a qualquer pretensão judicial de limitação percentual de riscos hidrológicos relacionados ao MRE. É importante ressaltar que a Companhia não possui saldo devedor relacionado ao GSF.

Interessada na repactuação, a Administração da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2020, aprovou a adesão da EGP Volta Grande aos termos da Lei 14.052/2020, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico, dentre elas o comprometimento de não instaurar ações judiciais.

Dessa forma, a EGP Volta Grande apurou o montante R\$ 6.497 a ser compensado por meio de prazo de concessão, cujos impactos contábeis em 31 de dezembro de 2020 são a recuperação de custos com energia elétrica (Nota 19) e o reconhecimento de ativo intangível no mesmo montante (Nota 10).

Como próximos passos, a CCEE deverá publicar o cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos, de acordo com as regras aprovadas pela ANEEL, no máximo em 90 dias após a publicação da Resolução Normativa nº 895, e os agentes terão até 60 dias para firmar os contratos.

## 1.1. Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

### Pessoas e sociedade

A Enel e suas subsidiárias no Brasil têm adotado o trabalho remoto há alguns anos. Conforme os efeitos da COVID-19 avançaram e tornaram-se pandêmicos, a Companhia decidiu estender o trabalho remoto para todos os dias úteis até junho de 2021 para todos os profissionais elegíveis.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, cujas atividades são imprescindíveis para a manutenção da prestação do serviço com a qualidade que sempre foi entregue, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não

## **Enel Green Power Volta Grande S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

obstante, a Companhia também estendeu o benefício de saúde, com apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19.

O trabalho remoto tem propiciado novas possibilidades de comunicação e operação. A determinação dessa forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só foi possível pelos investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Enel e suas subsidiárias no decorrer dos últimos anos. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para que a Enel e suas subsidiárias colocassem em prática um plano anterior de expansão do trabalho remoto.

### **Monitoramento e plano estratégico**

A Enel e suas subsidiárias têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

A Enel e suas subsidiárias, adicionaram indicadores de performance para cada área de negócio, o que tem proporcionado de forma tempestiva informações relacionadas às operações, transações e resultados operacionais. Nesse contexto, o alto nível de digitalização foi um fator imprescindível para a aplicação destes indicadores. Através destes indicadores, é possível, de forma confiável, monitorar o nível de operação de suas atividades, a qualidade do serviço prestado, bem como, se aplicável, eventuais reduções em atividades suportes em decorrência do trabalho remoto.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

### **Impacto e perspectiva econômico-financeiros**

A crise provocada pelo COVID-19 reduziu a demanda de energia, e conseqüentemente, os preços no mercado de curto prazo, porém, o impacto na Companhia foi limitado devido a estratégia de contratação de sua energia de maneira antecipada. A redução de demanda levou a redução de alguns contratos com consumidores finais (devido à redução de sua atividade econômica e consumo de energia), além de ter impactado as operações da empresa no mercado de curto prazo. A Companhia entende ser prematuro projetar o fim da pandemia da COVID-19, principalmente pela incerteza com relação os efeitos econômicos oriundos do Coronavírus e o prazo em que estes serão totalmente revertidos. Contudo, considerando o processo gradual de imunização iniciado pelas autoridades competentes, a Companhia reconhece a perspectiva positiva de recuperação econômica, redução da taxa de desemprego e estabilidade financeira.

# Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião da Diretoria realizada em 30 de março de 2021.

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

### 2.3. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado, as exceções são as transações cujos ganhos e perdas são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

## 3. Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos

### 3.1. Receita de contratos com clientes

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações do resultado.

# Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre após o cumprimento da obrigação de desempenho e transferência dos bens e serviços para o consumidor, refletindo a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

a) Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de venda de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do PLD e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

b) Receita de atualização da bonificação de outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão entende-se, também, que a receita de juros efetivos vinculada à correção da parcela do ativo financeiro deverá ser classificada como “receita operacional”. Para a usina de Volta Grande existe uma Taxa Interna de Retorno - TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga (“RBO”). A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no contrato de concessão.

## 3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) **Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros**

A Companhia adotou o CPC 48, e seus ativos financeiros foram mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

### Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (corporativo, grandes clientes e administração pública). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

### **b) Hedge de fluxo de caixa**

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge designado e qualificado como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", enquanto a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na Demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

### 3.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2020, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

### 3.4. Ativo financeiro – contas a receber vinculadas à concessão (Bonificação de Outorga)

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e portanto sua contabilização embasada no ICPC 01, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

## **Enel Green Power Volta Grande S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3.5. Imobilizado**

O ativo imobilizado em serviço é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016), limitada ao prazo da outorga.

### **3.6. Intangível**

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia – contratos de concessão.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

### **GSF (Generation Scaling Factor)**

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC-04 tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC-04, o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

### **3.7. Provisão para processos judiciais e outros**

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e ambientais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

# Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3.8. Receita de juros (resultado financeiro)

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

## 3.9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um imposto de renda ativo e contribuição social diferido são reconhecidos em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Estes ativos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço, de forma a refletir as consequências

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil específica.

### 3.10. Resultado básico por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

### 3.11. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2020

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 estão evidenciadas a seguir:

#### **Alterações ao CPC 00 (R2) | *Conceptual Framework* – Estrutura conceitual para relatório financeiro**

O CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como *Conceptual Framework*, foi alterado com o objetivo de refletir os conceitos ajustados pelo IASB, como a seguir:

- a) Melhoria quanto às definições acerca do objetivo do relatório financeiro, ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- b) Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações contábeis (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- c) Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- d) Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações contábeis e notas explicativas, bem como a definição de materialidade.

As alterações estabelecidas pela norma mencionada foram, quando aplicável, devidamente adotadas pela Companhia.

#### **Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos | IFRS 16 - Leases**

O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:

- (a) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (c) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

### 3.12. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração evidencição e instrumentos financeiros	Reforma da taxa de referência de juros segunda fase	1º de janeiro de 2021
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023

### 3.13. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias.

As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. As principais estimativas e premissas compreendem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e provisões para processos judiciais e outros.

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e contas correntes bancárias	<u>1.635</u>	<u>1.001</u>
Total de caixa e contas correntes bancárias	<u>1.635</u>	<u>1.001</u>
Aplicações financeiras		
Aplicações diretas		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	<u>47.603</u>	<u>19.307</u>
Total das aplicações diretas	<u>47.603</u>	<u>19.307</u>
Fundo exclusivos		
Operações compromissadas	<u>-</u>	<u>3.929</u>
Total de fundos exclusivos	<u>-</u>	<u>3.929</u>
Total das aplicações financeiras	<u>47.603</u>	<u>23.236</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>49.238</u>	<u>24.237</u>

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, estas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

### 5. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos Públicos	<u>125</u>	<u>3.300</u>
LF - Letra Financeira	<u>22</u>	<u>2.278</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>147</u>	<u>5.578</u>

A Companhia participa como cotista em fundo de investimento exclusivo das empresas do Grupo Enel no Brasil. O fundo aplica em títulos do governo e títulos de emissores privados de primeira linha e possuem gestores altamente qualificados que são auditados anualmente.

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Contas a receber de clientes

	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/12/2020	31/12/2019
Regime de cotas	14.564	-	-	14.564	14.278
Mercado de curto prazo	11.133	3.528	16.966	31.627	36.611
Partes relacionadas (vide nota 15)	6.768	-	-	6.768	5.284
Total circulante	32.465	3.528	16.966	52.959	56.173

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui saldos de R\$ 16.966 pendentes de recebimentos relacionados à inadimplência do setor causada por liminares relacionadas, principalmente, ao GSF, que, até o momento, impedem a liquidação financeira de valores impactados pelo risco hidrológico. Contudo, com a publicação da Lei 14.052/2020, em setembro de 2020, que permite aos agentes de geração a repactuação do risco hidrológico no ambiente de contratação livre (Nota 1), a Administração acredita que os saldos de inadimplência serão recebidos em 2021, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

### 7. Tributos a compensar

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social	20.710	31.918
PIS e COFINS	346	430
ICMS	5	-
<b>Total de tributos a compensar</b>	<b>21.061</b>	<b>32.348</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante total de tributos compensados contra tributos federais foi de R\$ 12.741 (R\$ 2.401 referentes a PIS e R\$ 10.340 a COFINS) onde foram utilizados como crédito a base negativa de IRPJ (R\$ 11.076), base negativa de CSLL (R\$ 1.570) e pagamentos a maior de PIS e COFINS (R\$ 95).

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão

Conforme edital do leilão firmado em 10 de novembro de 2017, a Companhia efetuou um pagamento de R\$ 1.419.784 à título de bonificação pela outorga a ser ressarcido ao longo do contrato de concessão de 30 anos. Em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, a Companhia classificou o montante a receber da Bonificação pela Outorga como ativo financeiro, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA durante o período de vigência da concessão. A amortização corresponde aos valores recebidos mensalmente (nota 18.a) .

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo no início do exercício	<b>1.429.218</b>	1.422.407
Atualização financeira do bônus de concessão	<b>64.770</b>	57.106
Amortização do bônus de concessão	<b>(51.895)</b>	(50.295)
Saldo no final do exercício	<b><u>1.442.093</u></b>	<u>1.429.218</u>
Circulante	<b>53.411</b>	51.044
Não circulante	<b>1.388.682</b>	1.378.174

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Imobilizado

Os bens e as instalações da Companhia seguem demonstrados abaixo, com suas respectivas depreciações, a saber:

Descrição	Vida útil (anos)	31/12/2020			31/12/2019		
		Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5	160	(40)	120	160	(13)	147
Total do imobilizado em serviço		160	(40)	120	160	(13)	147
Imobilizado em andamento		25.796	-	25.796	10.243	-	10.243
Total do imobilizado em curso		25.796	-	25.796	10.243	-	10.243
Ativo de direito de uso	2	238	(155)	83	238	(77)	161
Total do ativo de direito de uso		238	(155)	83	238	(77)	161
Total do Imobilizado		26.194	(195)	25.999	10.641	(90)	10.551

A movimentação do imobilizado é como segue:

Em 2020

	31/12/2019	Adições	Depreciação	31/12/2020
Máquinas e equipamentos	147	-	(27)	120
Imobilizado em andamento	10.243	15.553	-	25.796
Ativo de direito de uso	161	-	(78)	83
	<b>10.551</b>	<b>15.553</b>	<b>(105)</b>	<b>25.999</b>

Em 2019

	31/12/2018	Adoção inicial	Adições	Depreciação	Reclassificação	31/12/2019
Máquinas e equipamentos	14	-	-	(9)	142	147
Imobilizado em andamento	1.518	-	8.867	-	(142)	10.243
Ativo de direito de uso	-	238	-	(77)	-	161
	1.532	238	8.867	(86)	-	10.551

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Intangível

	Taxa de amortização média a.a. (%)	31/12/2020			31/12/2019		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software	25%	32	(19)	13	32	(13)	19
Total do intangível em serviço		32	(19)	13	32	(13)	19
Software		2.121	-	2.121	1.938	-	1.938
Extensão de Concessão GSF (a)		6.497	-	6.497	-	-	-
Total do intangível em curso		8.618	-	8.618	1.938	-	1.938
Total do intangível		8.650	(19)	8.631	1.970	(13)	1.957

- (a) Refere-se a gastos incorridos com GSF que serão recuperados por meio da extensão do prazo de concessão de acordo com a aprovação à adesão pela Companhia aos termos da Lei Federal nº 14.052/2020, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

A movimentação do intangível no exercício de 2020 é como segue:

	31/12/2019	Adições	Amortização	31/12/2020
Intangível em serviço	19	-	(6)	13
Intangível em curso	1.938	6.680	-	8.618
	1.957	6.680	(6)	8.631

A movimentação do intangível no exercício de 2019 é como segue:

	31/12/2018	Adições	Amortização	Transferência	31/12/2019
Intangível em serviço	-	-	(13)	32	19
Intangível em curso	692	1.278	-	(32)	1.938
	692	1.278	(13)	-	1.957

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Fornecedores

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Encargos de uso da rede elétrica	6.301	6.768
Materiais e Serviços	12.272	8.439
Partes relacionadas (vide nota 15)	6.498	13.654
Total	<u>25.071</u>	<u>28.861</u>

### 12. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL (a)	30.466	4.065
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.259	2.184
Imposto sobre mercadoria - ICMS	-	6
Imposto sobre serviços - ISS	190	-
Programa de Integração Social - PIS	489	473
INSS s/ terceiros	114	29
Outros impostos retidos - terceiros	57	31
Total	<u>33.575</u>	<u>6.788</u>

a) O saldo em 31 de dezembro de 2020 é composto por provisões para imposto de renda de R\$ 30.998 (R\$ 32.188 em 2019) e contribuição social de R\$ 11.167 (R\$ 11.597 em 2019) a pagar, líquidas das antecipações efetuadas no montante total de R\$ 11.699, sendo R\$ 7.619 de imposto de renda e R\$ 4.081 de contribuição social (Em 2019, foi no total de R\$ 39.720, sendo R\$ 29.200 de imposto de renda e R\$ 10.520 de contribuição social).

Para regime tributário e informações do passivo a Companhia opta pelo Lucro Real e recolheu as estimativas de IRPJ e CSLL com base na receita bruta para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O saldo de tributos em 31 de dezembro de 2020 foi obtido através do confronto entre o valor do imposto devido com base no Lucro Real anual e das estimativas pagas no decorrer do exercício, e deve ser pago até o último dia útil do mês de março de 2021.

### 13. Taxas regulamentares

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	4.001	2.660
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica ("TFSEE")	123	64
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ("CFURH")	1.981	1.804
Total	<u>6.105</u>	<u>4.528</u>

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Debêntures

Em 15 de outubro de 2019, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries com a captação de R\$ 800.000, cuja data de liquidação é 15 de outubro de 2029. Os recursos captados têm como objetivo ser utilizado para reembolso de gastos, despesas e dívidas relacionadas ao pagamento de bonificação pela outorga de concessão da usina hidrelétrica Volta Grande, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração – CEG – UHE.PH.SP.003045-7.01, de titularidade da Emissora, nos termos do disposto no art. 2º, §3º, do Decreto 8.874 (“Projeto”).

	31/12/2020	31/12/2019	Vencimento			Remuneração	Tipo de amortização	Finalidade	Garantias	Quantidade de títulos
			Emissão	Inicial	Final					
1ª série - 1ª emissão	495.947	525.005	15/10/2019	15/10/2020	15/10/2029	100% IPCA + 3,70%	Anual	Pagamento de bonificação pela outorga da usina hidrelétrica Volta Grande	Quirografia	519.000
2ª série - 1ª emissão	268.519	284.252	15/10/2019	15/10/2020	15/10/2029	100% IPCA + 3,70%	Anual			281.000
(-) Custo de transação	(13.968)	(15.549)								
<b>Total de debêntures</b>	<b>750.498</b>	<b>793.708</b>								
Circulante	88.870	83.324								
Não circulante	661.628	710.384								
	<b>750.498</b>	<b>793.708</b>								

### Saldos de encargos e principal

	31/12/2020			31/12/2019		
	Encargos	Principal		Encargos	Principal	
	Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Circulante	Não Circulante
1ª série - 1ª emissão	3.775	54.905	437.267	2.868	52.214	469.923
2ª série - 1ª emissão	2.044	29.727	236.748	1.553	28.270	254.429
(-) Custo de transação	-	(1.581)	(12.387)	-	(1.581)	(13.968)
<b>Total de debêntures</b>	<b>5.819</b>	<b>83.051</b>	<b>661.628</b>	<b>4.421</b>	<b>78.903</b>	<b>710.384</b>

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Movimentação das debêntures

#### Em 2020

	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>
Em 31 de dezembro de 2019	83.324	710.384	793.708
Amortizações	(82.454)	-	(82.454)
Transferências	85.022	(85.022)	-
Juros provisionados	29.709	-	29.709
Atualização monetária	-	36.266	36.266
Encargos pagos	(28.312)	-	(28.312)
Apropriação - custo de transação	1.581	-	1.581
Em 31 de dezembro de 2020	<b>88.870</b>	<b>661.628</b>	<b>750.498</b>

#### Em 2019

	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>
Em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Captações	80.000	720.000	800.000
Transferências	219	(219)	-
Juros provisionados	4.421	-	4.421
Atualização monetária	-	4.835	4.835
Constituição - custo de transação	(1.580)	(14.232)	(15.812)
Apropriação - custo de transação	264	-	264
Em 31 de dezembro de 2019	<b>83.324</b>	<b>710.384</b>	<b>793.708</b>

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Período de amortização das debêntures no longo prazo

	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
1ª série - 1ª emissão	55.034	55.034	55.034	55.034	217.131	437.267
2ª série - 1ª emissão	29.797	29.797	29.797	29.797	117.560	236.748
(-) Custo de transação	(1.581)	(1.581)	(1.581)	(1.581)	(6.063)	(12.387)
Total a amortizar	83.250	83.250	83.250	83.250	328.628	661.628

Conforme estabelecido no Instrumento Particular de Escritura De Debêntures, a Companhia possui obrigações financeiras que em caso de descumprimento podem acarretar o vencimento antecipado das debêntures. A Companhia não poderá apresentar por dois trimestres consecutivos o índice de capacidade de endividamento (obtido através da divisão da dívida líquida financeira pelo EBITDA) abaixo do limite estabelecido abaixo:

1ª emissão	
Obrigações especiais financeiras	Limite
Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	4,00

A Companhia vem cumprindo adequadamente a obrigação de observar o índice financeiro dentro do limite estabelecido acima.

# Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Partes relacionadas

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	31/12/2020		31/12/2019		Receita (despesa)	
			Ativo circulante(*)	Passivo circulante(*)	Ativo circulante(*)	Passivo circulante(*)	31/12/2020	31/12/2019
Venda de Energia	ENEL Distribuição Rio- AMPLA		629	-	633	-	7.512	7.379
	ENEL Distribuição CE- Coelce	Até 23/02/2047	658	-	629	-	7.860	7.328
	ENEL Distribuição Goiás- CELG D		762	-	738	-	9.097	8.596
	ENEL Distribuição São Paulo- ELETROPAULO		2.355	-	2.108	-	26.928	25.037
	ENEL Geração Fortaleza- CGTF	30/08/2020	-	-	-	-	22.823	-
	ENEL Green Power Salto Apicás S.A.		981	-	512	-	5.889	3.066
	ENEL Green Power Cabeça de Boi SA		795	-	-	-	4.770	-
	ENEL Green Power Fazenda SA	Até dezembro de 2020	588	-	-	-	3.530	-
	ENEL Green Power Paranapanema S.A.		-	-	665	-	-	1.392
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A		-	-	-	-	48.027	201.621
Compra de Energia	ENEL Distribuição CE- Coelce	Até dezembro de 2019	-	-	-	9.689	-	(104.406)
	ENEL Green Power Paranapanema S.A.	Até dezembro de 2020	-	-	-	-	(2)	-
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	36	-	47	(531)	(580)
Comissão de Fiança	ENEL Brasil S.A.	08/11/2019	-	-	-	-	-	(721)
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro de 2019.	ENEL Brasil S.A.		-	1.688	-	186	-	-
	ENEL Distribuição CE- Coelce		-	542	-	147	-	-
	ENEL Distribuição Goiás- CELG D		-	358	-	270	-	-
	ENEL Distribuição Rio- AMPLA		-	781	-	504	-	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A	Fevereiro de 2024	-	738	-	738	-	-
	ENL Geração Fortaleza- CGTF		-	836	-	511	-	-
	ENEL CIEN S.A.		-	29	-	29	-	-
	ENEL Green Power Brasil Participações LTDA		-	103	-	74	-	-
	ENEL Distribuição São Paulo- ELETROPAULO		-	89	-	89	-	-
	Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016.	ENEL Distribuição São Paulo- ELETROPAULO	Fevereiro de 2024	-	-	-	70	-
ENEL Brasil S.A.			-	1.298	-	743	-	-
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM	ENEL Itália	Até o final da concessão	-	-	-	557	-	-
			<b>6.768</b>	<b>6.498</b>	<b>5.285</b>	<b>13.654</b>	<b>135.903</b>	<b>148.712</b>

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(\*) A Companhia possui contratos de compartilhamento de recursos humanos das áreas de apoio, compartilhamento de custos de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicação.

Os contratos foram firmados entre a Companhia e sociedades controladas, diretamente e indiretamente, pelo Grupo Enel no Brasil ("Companhias"), controlador da Companhia.

O compartilhamento visa otimizar os custos operacionais das Companhias seguindo os critérios de rateio e alocação de custos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos do artigo 12 da resolução nº 699/2016 e do despacho nº338 de 06 de fevereiro de 2019.

Por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, não constando no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.

Remuneração dos Administradores – Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2020.

### 16. Provisão para processos judiciais e outros

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos cíveis, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	31/12/2019		31/12/2020		
	Saldo	Adições	Pagamentos		Saldo
Cíveis	103	31	(33)		101
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>31</b>	<b>(33)</b>		<b>101</b>

  

	31/12/2018		31/12/2019			
	Saldo	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Reversão	Saldo
Cíveis	-	186	6	(77)	(12)	103
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>186</b>	<b>6</b>	<b>(77)</b>	<b>(12)</b>	<b>103</b>

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

#### Riscos possíveis

A Companhia não tem processos judiciais classificados como risco possível.

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

A Companhia possuía a seguinte composição acionária, para 31 de dezembro de 2020:

Acionistas	31/12/2020		31/12/2019	
	Ações ordinárias		Ações ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Enel Brasil S.A.	565.756.528	100%	565.756.528	100%
<b>Total</b>	<b>565.756.528</b>	<b>100%</b>	<b>565.756.528</b>	<b>100%</b>

#### b) Destinação de resultado

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	124.986	121.622
Reserva legal	(6.249)	(6.081)
Lucro ajustado	118.737	115.541
Dividendos mínimos obrigatórios	29.684	28.885
Reserva de reforço de capital de giro	89.053	86.656
	118.737	115.541
Lucro por ação	0,22	0,21

A movimentação dos dividendos é como segue:

	2020	2019
Saldo no início do exercício	28.885	30.232
Declaração de dividendos adicionais propostos	86.656	90.695
Dividendos mínimos obrigatórios	29.684	28.885
Pagamento de dividendos	(85.541)	(120.927)
Saldo no final do exercício	59.684	28.885

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 27 de abril de 2020, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2019 no montante de R\$ 121.622, dos quais 5% correspondente ao valor de R\$ 6.081 foi destinado à constituição de reserva legal, o montante de R\$ 28.885 foi destinado ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios e o montante de R\$ 86.656 foi destinado ao pagamento dos dividendos adicionais.

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

d) Reserva de reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 20 do estatuto social da Companhia.

e) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o exercício.

<u>Exercício findo em</u>	<u>Lucro do exercício</u>	<u>Média ponderada de ações</u>	<u>Lucro por ação ordinária</u>
31/12/2020	124.986	565.756.528	0,22

<u>Exercício findo em</u>	<u>Lucro do exercício</u>	<u>Média ponderada de ações</u>	<u>Lucro por ação ordinária</u>
31/12/2019	121.622	565.756.528	0,21

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Receita líquida

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita anual de geração - RAG	196.088	185.533
Receita anual de geração - RAG - partes relacionadas	51.397	48.836
Receita suprimento de energia - Geração terceiros (b)	-	8.097
Receita suprimento de energia - partes relacionadas (b)	85.039	205.583
Receita de comercialização - curto prazo	16.590	14.723
Atualização de bonificação de outorga (a)	64.770	57.106
Amortização de bonificação de outorga (a)	<u>(51.895)</u>	<u>(50.297)</u>
Total da receita operacional bruta	<u>361.989</u>	<u>469.581</u>
(-) Dedução da receita		
COFINS	(26.894)	(39.168)
PIS	(5.839)	(8.504)
Programa de pesquisa e desenvolvimento	(3.092)	(2.815)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(1.123)	(923)
CFURH - Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	<u>(2.952)</u>	<u>(1.753)</u>
Total de dedução da receita	<u>(39.900)</u>	<u>(53.163)</u>
Total da receita líquida	<u>322.089</u>	<u>416.418</u>

#### (a) Bonificação de outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e, portanto, sua contabilização embasada no ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende ao conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, além disso, é classificado como “custo amortizado”, inicialmente estimado com base no respectivo valor presente dos fluxos de caixa futuros garantidos, e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

#### (b) Suprimento de energia elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como, dos ajustes e adicionais específicos.

#### Receita de atualização da bonificação de outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão entende-se, também, que a receita de juros efetivos vinculada à correção da parcela do ativo financeiro deverá ser classificada como “receita operacional”. Para a usina de Volta Grande existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga (“RBO”). A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no contrato de concessão.

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Custo e despesas operacionais

	<u>Custo de</u>	<u>Despesas gerais</u>		<u>Custo de</u>	<u>Despesas gerais</u>	
	<u>serviço</u>	<u>administrativas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>serviço</u>	<u>administrativas</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	(2.727)	(2.953)	(5.680)	(1.688)	(3.432)	(5.120)
Material	(1.116)	(1.647)	(2.763)	(831)	(47)	(878)
Serviços de terceiros	(3.088)	(2.757)	(5.845)	(4.436)	(2.744)	(7.180)
Energia elétrica comprada para revenda	(20.683)	-	(20.683)	(25.106)	-	(25.106)
Energia elétrica comprada para revenda - Parte relacionadas	(2)	-	(2)	(104.406)	-	(104.406)
Recuperação de gastos decorrente da repactuação do GSF (a)	6.497	-	6.497	-	-	-
Transporte de potência de energia	(40.181)	-	(40.181)	(34.003)	-	(34.003)
Depreciação e amortização	(84)	(25)	(109)	(90)	(8)	(98)
Provisão para processos judiciais e outros	-	(31)	(31)	-	(197)	(197)
Outras despesas operacionais	(2.698)	(246)	(2.944)	(2.632)	(808)	(3.440)
<b>Total</b>	<b>(64.082)</b>	<b>(7.659)</b>	<b>(71.741)</b>	<b>(173.192)</b>	<b>(7.236)</b>	<b>(180.428)</b>

(a) Conforme nota explicativa 1, refere-se ao montante a ser ressarcido à Companhia, mediante extensão do prazo de concessão, efeito da repactuação do GSF, nos termos da Lei 14.052/2020.

Os créditos fiscais de PIS e COFINS referente aos custos de serviço em 2020, totalizaram R\$ 6.206 (R\$ 16.667 em 2019). A redução dos créditos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está relacionada principalmente pela redução na compra de energia.

### 20. Resultado financeiro

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Receita financeira</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	2.263	5.413
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	35.138
Juros e atualização monetária de mercado curto prazo	4.352	1.596
Outras receitas financeiras	1.075	1.539
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(358)	(398)
<b>Total da receita financeira</b>	<b>7.332</b>	<b>43.288</b>
<b>Despesa financeira</b>		
Juros passivos	(40)	(461)
Juros de arrendamentos	(11)	-
Encargos de dívidas	(29.709)	(33.029)
Atualização monetária de debêntures	(36.266)	(4.835)
Perda em instrumentos financeiros derivativos	-	(56.515)
Custos de transação de debêntures	(1.581)	(264)
Outras despesas financeiras	(637)	(2.738)
<b>Total da despesa financeira</b>	<b>(68.244)</b>	<b>(97.842)</b>

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	189.436	189.436	181.437	181.437
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	<b>(47.335)</b>	<b>(17.049)</b>	<b>(45.335)</b>	<b>(16.329)</b>
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(47)	(19)	1.361	489
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<b>(47.382)</b>	<b>(17.068)</b>	<b>(43.974)</b>	<b>(15.840)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(30.998)	(11.167)	(32.188)	(11.597)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16.384)	(5.901)	(11.786)	(4.243)
Total	<b>(47.382)</b>	<b>(17.068)</b>	<b>(43.974)</b>	<b>(15.840)</b>
Alíquota efetiva	<b>25,01%</b>	<b>9,01%</b>	<b>24,24%</b>	<b>8,73%</b>

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Balanças Patrimoniais		Demonstrações do Resultado e Resultado Abrangente	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	IR e CS sobre diferenças temporárias	<b>989</b>	673	<b>316</b>
Arrendamentos	<b>(33)</b>	3	<b>(36)</b>	3
Outras	<b>1.022</b>	670	<b>352</b>	495
			-	
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	<b>(58.891)</b>	(36.290)	<b>(22.601)</b>	(16.527)
Atualização RBO	<b>(58.891)</b>	(36.290)	<b>(22.601)</b>	(16.527)
Impacto no resultado de exercício	<b>(57.902)</b>	<b>(35.617)</b>	<b>(22.285)</b>	(16.029)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	-	(6.445)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(6.445)
Total	<b>(57.902)</b>	(35.617)	<b>(22.285)</b>	(22.474)

# Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pela Companhia para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente.

Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização do ativo fiscal diferido da Companhia. O estudo de realização do ativo fiscal diferido é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

2021	2022	2023	2024	2025 a 2027	2028 a 2030	Total
986	1	2	-	-	-	989

## 22. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

### Considerações gerais

O Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

### Fatores de risco

#### a) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 100% da dívida indexada ao IPCA.

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2020 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Instrumento	Indexador do contrato	Saldo em 31/12/2020	Taxa projetada	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
					Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Debêntures	IPCA	750.498	1,50%	56.638	63.682	7.044	70.663	14.025
<b>Total</b>				<b>56.638</b>	<b>63.682</b>	<b>7.044</b>	<b>70.663</b>	<b>14.025</b>

### c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros das debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

Debêntures	De três meses a	De um a cinco	Mais de cinco	Total
	um ano	anos	anos	
	<b>112.786</b>	<b>423.870</b>	<b>373.015</b>	<b>909.671</b>
	<b>112.786</b>	<b>423.870</b>	<b>373.015</b>	<b>909.671</b>

### Valorização dos instrumentos financeiros

Na determinação do valor justo das debêntures, a Administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas consideradas adequadas para realização de novas operações no mercado.

#### Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

## Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

### Valor justo hierárquico

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2020 são como segue:

Ativos e Passivos (circulante e não circulante)	Categoria	Nível	31/12/2020		31/12/2019	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	49.238	49.238	24.237	24.237
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	147	147	5.578	5.578
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	52.959	52.959	56.173	56.173
Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão	Custo amortizado	2	1.442.093	1.442.093	1.429.218	1.429.218
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	Custo amortizado	2	25.071	25.071	28.861	28.861
Debêntures	Custo amortizado	2	750.498	764.466	793.708	809.257
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	24	24	47	47
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	59.684	59.684	28.885	28.885

### 23. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía as seguintes apólices de seguro contratada:

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/2020	31/10/2021	3.085.526	6.760.700
Responsabilidade civil geral	31/10/2020	31/10/2021	N/A	115.588
Responsabilidade civil de administradores - D&O	10/11/2020	10/11/2021	N/A	678.824
Riscos ambientais	01/11/2020	01/11/2021	N/A	135.214